

## Os primeiros dez dias do governo Bolsonaro



## Queremos acesso à previdência estatal e solidária, à educação e à saúde públicas, gratuitas e de qualidade e **não às armas!**

**N**o 15º dia de governo, fomos surpreendidos com mais uma ação de impacto do novo presidente, a assinatura do decreto 9.685 que facilita a posse de arma de fogo no Brasil. Certamente, essa ação terá repercussão junto à indústria armamentista, contribuindo para a revitalização da economia, como também no mercado paralelo, com maior circulação de armas. E, possivelmente, como já apontaram algumas análises, poderá ter como consequência o aumento dos casos de feminicídio no país e do constrangimento das mulheres, diminuindo as denúncias de agressões.

Enquanto o novo governo apresenta a posse de armas como uma ação para melhorar a situação do país, nós continuamos afirmando que a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora está condicionada à valorização dos serviços e servidores/as públicos/as; à oferta da educação e da saúde pública, gratuita e de qualidade; à garantia da previdência pública, com aposentadoria integral e estatal e da liberdade de aprender e de ensinar.

O mês de janeiro está sendo um momento de identificarmos os passos e as diretrizes que o novo governo trilha. E ao mesmo tempo, acompanhar os desdobramentos junto aos governos estaduais e as repercussões para a educação, como o atraso e parcelamento salarial em vários lugares do país. Uma boa análise dos rumos do governo e do projeto estratégico da extrema-direita é fundamental para traçarmos as lutas, a resistência e construirmos a agenda para o primeiro semestre.

---

Enquanto o novo governo apresenta a posse de armas como uma ação para melhorar a situação do país, nós continuamos afirmando que a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora está condicionada à valorização dos serviços e dos servidores/as públicos/as

---

Nesse sentido, o 38º Congresso do ANDES-SN, instância máxima do Sindicato, tem como tarefa central traçar

a centralidade da luta da categoria para o próximo período, tendo como referência a necessidade de defendermos a educação pública, gratuita, de qualidade e laica, a saúde, a previdência pública e a revogação de todas as contrarreformas que já tiraram direitos dos/as trabalhadores/as. Nessa conjuntura, parece ser fundamental a construção de ampla unidade de ação para defender o setor público e os/as servidores/as públicos/as, lutar contra as privatizações e a banalização da violência como alternativa à crise econômica, política e social.

Por isso, faz parte de nossas tarefas compreender os processos do capital em curso na América Latina, subordinando a educação à sanha da tentativa de lucro ilimitado, como aponta a entrevista com a professora colombiana Mónica Risueño. Ao mesmo tempo, é importante identificarmos os focos de resistência da classe trabalhadora, como é o caso das manifestações na França e a greve dos/as professores/as em Los Angeles.

O ano se inicia com retrocessos e com a perspectiva de intensificação da retirada de direitos, mas, ao mesmo tempo é possível identificar a disposição das entidades, movimentos e organizações para lutarem contra mais uma tentativa de contrarreforma da previdência, contra a aprovação dos projetos “escola sem partido” e contra os retrocessos nos debates de gênero, racial e de direitos indígenas e quilombolas, entre outros. Começar o ano com lutas, preparando um grande dia internacional das mulheres, buscando unidade para construir espaços nacionais de luta, definir calendário de mobilização nos parece tarefa imediata do nosso Sindicato.

Resistir às perseguições e à criminalização dos que lutam e reafirmar o óbvio, como dizia o poeta e revolucionário Bertold Brecht, é tarefa de todos/as professores/as na defesa da educação pública e gratuita.



Em 14 de janeiro completaram-se 10 meses do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes. O ANDES-SN segue exigindo justiça!

### EXPEDIENTE

O Informandes é uma publicação do ANDES-SN // site: [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br) // e-mail: [imprensa@andes.org.br](mailto:imprensa@andes.org.br)

Diretor responsável: Cláudio Mendonça

Redação: Renata Maffezoli MTb 37322 // Bruna Yunes DrT-DF 9045 // Mathias Rodrigues MTb 10126

Editor-chefe: Carlos Eduardo Batista MTb 54262/SP // Fotos: Imprensa ANDES-SN // Diagramação: Renata Fernandes Drt-DF 13743

# Belém pronta para sediar o 38º Congresso do ANDES-SN

**B**elém, capital do Pará, sediará o 38º Congresso do ANDES-SN. Instância máxima de deliberação do Sindicato Nacional, o Congresso servirá para debater a conjuntura e aprovar os planos de lutas do ANDES-SN para 2019. O tema central do evento será “Por Democracia, Educação, Ciência, Tecnologia e Serviços Públicos: em defesa do trabalho e da carreira docente, pela revogação da EC/95”.

O Congresso Nacional do Andes-SN acontecerá em Belém, sediado pela Adufpa - Seção Sindical. Essa será a segunda vez que a capital paraense receberá um Congresso do ANDES-SN. Belém sediou o 29º Congresso, em 2010. A cidade também acolheu os Conads de 1989, 1997 e 2002. A Adufpa-SSind abrirá as comemorações do seu aniversário de 40 anos com a realização do 38º Congresso do Sindicato Nacional.

## Programação

A proposta da diretoria do ANDES-SN de cronograma e de pauta do evento está no box abaixo e pode ser lida na página 10 do Caderno de Textos. Essa proposta será apreciada pelos delegados presentes. No primeiro dia do congresso, os docentes deverão debater o Tema 1: Movimento Docente, Conjuntura e Centralidade da Luta.

Pelo cronograma proposto, os docentes se reunirão em Grupos Mistos nos dias 29 e 30. No dia 31 terá lugar a plenária do Tema 2: Políticas Sociais e Plano Geral de Lutas. A festa do Congresso deve ocorrer

na noite do dia 31. No dia 1º de fevereiro terão lugar as plenárias do Tema 3: Planos de Lutas dos Setores e do Tema 4: Questões Organizativas e Financeiras.

O Tema 4 deve voltar a ser debatido no dia 2/2, último do Congresso, antes da plenária de encerramento. Nesse momento será definida a sede do 39º Congresso do Sindicato Nacional, previsto para ocorrer no início de 2020.

## Escola Sem Partido em foco

Um dos temas mais recorrentes submetidos ao Caderno de Textos do 38º Congresso aborda o Escola Sem Partido. Há diversas contribuições da diretoria do ANDES-SN, de seções sindicais, de sindicalizados que analisam o projeto e propõem formas de combatê-lo.

O combate à tentativa de censura e criminalização nas escolas e universidades tem sido uma das principais lutas do ANDES-SN nos últimos anos. O Sindicato Nacional teve papel importante na última vitória conquistada pelo movimento: o arquivamento momentâneo do Projeto de Lei (PL) 7180/14 na Comissão Especial do Congresso que tratava do tema. Além disso, o ANDES-SN tem atuado, junto a

outras entidades, na rearticulação da Frente Nacional Escola Sem Mordaça, que foi relançada em dezembro passado.

## Lançamento da revista

No Congresso haverá espaço para docentes lançarem seus livros. O conselho editorial da Revista Universidade e Sociedade lançará a edição nº 63 da publicação. Com o tema “A Reforma de Córdoba: permanências e rupturas nas lutas pela educação pública e gratuita”, a revista será distribuída aos presentes no Congresso, e posteriormente disponibilizada online no site do Sindicato Nacional.



## PROPOSTA DE CRONOGRAMA E PAUTA PARA O 38º CONGRESSO DO ANDES-SN

28/1 (2ª feira)	29/1 (3ª feira)	30/1 (4ª feira)	31/1 (5ª feira)	1º/2 (6ª feira)	2/2 (sábado)
9h às 12h 14h às 18h Credenciamento 10h às 13h Plenária de Abertura Plenária de Instalação	9h às 12h Grupo Misto Tema II	9h às 12h Grupo Misto Tema III	9h às 12h Plenária do Tema II	Livre	9h às 12h Plenária do Tema IV
15h às 21h Plenária do Tema I	13h30 às 17h30 Grupo Misto Tema II	13h30 às 17h30 Grupo Misto Tema IV	13h30 às 16h30 Plenária do Tema II	13h30 às 17h30 Plenária do Tema III	13h30 às 15h30 Plenária de Encerramento
	Livre	Livre	Livre	19h às 22h Plenária do Tema IV	

# Crescimento expressivo da EAD precariza trabalho docente

MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SERRAIO



**C**ursos de graduação presenciais poderão ofertar até 40% das aulas à distância. O limite anterior era de 20%. A medida foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) pelo Ministério da Educação (MEC), no último dia de 2018. Segundo a portaria nº 1428, os estudantes devem ser informados pelas Instituições de Ensino Superior (IES) que parte do curso será em formato de Educação à Distância (EAD). As instituições devem detalhar, de maneira objetiva, as disciplinas, conteúdos, metodologias e formas de avaliação dessas aulas.

“A decisão do MEC piora o ensino presencial. Aquele professor que está na sala de aula terá que assumir disciplinas à distância, precarizando ainda mais o seu trabalho e a qualidade do ensino. É assustador. Estamos vivendo um momento muito duro na universidade” (Elizabeth Barbosa - GTPE)

Elizabeth Barbosa, 2ª vice-presidente da Regional Rio de Janeiro e uma das coordenadoras do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do ANDES-SN, afirma que a ampliação da oferta impactará diretamente os docentes e a qualidade do

ensino. “A decisão do MEC piora o ensino presencial. Aquele professor que está na sala de aula terá que assumir disciplinas à distância, precarizando ainda mais o seu trabalho e a qualidade do ensino. É assustador. Estamos vivendo um momento muito duro na universidade”, lamentou.

Ela destaca que a categoria docente já enfrenta diversos problemas resultantes da Emenda Constitucional 95/16, que estipula um teto de gastos para os serviços públicos. “A falta de concursos públicos, a Reforma da Previdência, um número alto de aposentadorias e de pedidos que estão em processo e um baixo número de professores”, elenca.

## EAD nos cursos de mestrado e doutorado

Ainda no final do ano passado, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) divulgou um documento para subsidiar a portaria que regulamenta o funcionamento de cursos de mestrado e doutorado na modalidade EAD. O trabalho foi coordenado por diretorias da própria fundação, que é vinculada ao MEC. Representações de docentes, técnicos, estudantes e de comunidades científicas não participaram da decisão.

Para Elizabeth Barbosa, além da precarização do trabalho docente, a inclusão da



## No Brasil

**8,2 milhões** matrículas foram registradas nas IES em 2017

Dessas, **1,7 milhão** foram em cursos de EAD

**1,5 milhão** no ensino privado

**165,5 mil** no público.

Fonte: Censo da Educação Superior, do Inep

modalidade na pós-graduação strictu sensu significará maior destinação do fundo público para a iniciativa privada. Maior destinação porque, ao longo dos anos, a modalidade EAD vem crescendo e se espalhando dentro das IES. “Entre 2004 e 2010, a inserção da EAD se dava nas universidades privadas, com várias disciplinas ofertadas na área da saúde. A partir de 2009 inicia um movimento na graduação da universidade pública e, recentemente, na pós-graduação”, explica.

Essa expansão contou com relativo apoio das instituições de ensino. A Universidade Federal Fluminense (UFF), onde Elizabeth leciona, por exemplo, abriu um edital que premiava professores que criassem disciplinas à distância no ensino presencial.

### Crescimento da EAD

A Educação à Distância nas IES privadas e públicas tem crescido vertiginosamente no país nos últimos anos. Até 2007, o número de matrículas referentes à EAD privada e pública era semelhante. Em 2006, a diferença de matrículas era inferior a 15 mil (33,7 mil privada e 19,2 públicas). Três anos depois, a diferença quase alcançou meio milhão (665, 4 mil privada e 172, 6 mil pública). Em 2017, a diferença chegou a 1,4 milhão. (1,5 milhão privado e no 165,5 mil público).

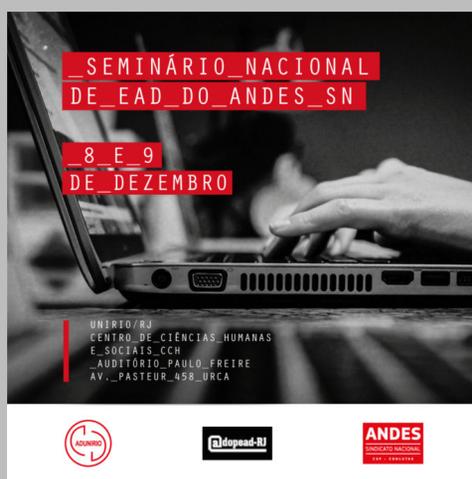
**“A apropriação da formação docente é uma estratégia de acumulação de lucros, assim como é estratégico a apropriação da formação da classe trabalhadora. Uma formação precarizada do professor é fundamental para a formação de uma classe trabalhadora alienada”**  
(Olinda Evangelista - Ufsc)

Olinda Evangelista, docente da Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc) explica que a EAD começou a se consolidar a partir dos anos 2000. A professora, que estuda o tema formação docente, explicou que entre 2006 e 2007 as matrículas de EAD cresceram em decorrência do fenômeno da apropriação da formação docente no Brasil por grandes empresas financeirizadas.

“Do ponto de vista do modelo do capital, esse movimento é no sentido de se apropriar da formação docente, ofertando cursos mais baratos. De certa maneira, são os cursos que possuem uma demanda constante. É a consolidação de um nicho de mercado, que inclui a venda de certi-



08 e 09.12.2018 – Docentes se reuniram na Unirio para discutir a realidade de trabalho em EAD



### SEMINÁRIO NACIONAL DE EAD

Cumprindo as resoluções do 37º Congresso do ANDES-SN, a direção da entidade realizou o Seminário Nacional de EAD, em dezembro último. O evento teve o objetivo de debater pautas importantes para os docentes que trabalham nesta modalidade, como políticas públicas, financiamento, gestão, condições de trabalho e formação de professores.

ficação em massa, de materiais didáticos, de novas tecnologias e de concessão de bolsas de estudos pelas próprias instituições privadas, que refinanciam o valor quando os alunos não podem pagar, gerando um fenômeno de endividamento juvenil no país”, explica.

### Licenciatura e Formação docente

Das 1,7 milhão de matrículas realizadas em 2017 na modalidade EAD, 743,4 mil foram em cursos de licenciatura. Segundo o Censo da Educação Superior, entre 2010 e 2015, o curso com o maior número de matrículas EAD no Brasil era o de Pedagogia, seguido por Administração e por Serviço Social. “A apropriação da formação docente é uma estratégia de acumulação de lucros, assim como é estratégica a apropriação da formação da classe trabalhadora. Uma formação precarizada do professor é fundamental para a formação de uma classe trabalhadora alienada”, argumentou Olinda Evangelista.

Para Evangelista, o Estado tem o papel

importante de formação do magistério. Contudo, “progressivamente o Estado abre mão da formação docente em favor da esfera privada. Não que o Estado não seja burguês, mas mesmo no Estado burguês clássico, a formação sempre foi uma tarefa dele”, apontou.

### Respaldo Legal

No Brasil, a modalidade de educação à distância obteve respaldo legal para sua realização com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996. A legislação estabelece a possibilidade de uso orgânico da modalidade de educação à distância em todos os níveis e modalidades de ensino. Em 2007, o MEC publicou um documento que direcionava a Educação à Distância.

Como parte da reforma do Ensino Médio, o Conselho Nacional de Educação aprovou em novembro do ano passado a liberação de 20% da carga horária do ensino médio para EAD.

# Docentes enfrentam diversos ataques nos estados



20.12.2018: No final do ano passado, os docentes da Uerj conquistaram, após anos de luta, a consolidação da Dedicção Exclusiva como regime de trabalho.

A comunidade acadêmica das universidades estaduais e das escolas técnicas do Rio de Janeiro iniciou o ano com uma péssima notícia. O governador fluminense Wilson Witzel (PSC) decretou um corte de 30% dos valores liquidados em 2018 com despesas operacionais. O corte atinge diversas pastas, entre elas a Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inovação, e consequentemente as universidades estaduais do Rio de Janeiro (Uerj), do Norte Fluminense (Uenf) e da Zona Oeste (Uezo). As escolas técnicas também serão afetadas.

Não é a primeira vez que as instituições fluminenses passam por reduções orçamentárias. Durante o governo de Luiz Fernando Pezão (MDB), que está preso, os docentes, técnicos, funcionários e estudantes penaram com a falta de regularidade do pagamento dos salários e bolsas. Neste período, a comunidade realizou diversas mobilizações, paralisações e greves como a de 2016, protagonizada por 33 categorias de servidores estaduais.

Já no Paraná, os docentes e a comunidade acadêmica foram surpreendidos

com um bloqueio de R\$ 528 milhões no orçamento deste ano das universidades estaduais. As universidades de Maringá (UEM) e de Londrina (UEL) foram as mais atingidas, R\$ 129 milhões e R\$ 127,9 milhões, respectivamente. O governador Ratinho Júnior (PSD) reteve R\$ 8,1 bilhões (20% do orçamento) de áreas importantes como Educação (R\$ 1,6 bilhão) e Saúde (R\$ 1,1 bilhão).

## Salários e 13º atrasados

Em Minas Gerais, os docentes sofrem há anos com o parcelamento dos salários. O salário de dezembro passado foi pago em três parcelas somente no mês de janeiro. Não há previsão, ainda, de pagamento do 13º de 2018. Segundo a Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Montes Claros (Adunimontes – Seção Sindical do ANDES-SN), o governador atual Romeu Zema (Novo) não abriu diálogo com os servidores para explicar o motivo do parcelamento. Em fevereiro, a seção sindical convocará uma assembleia docente para definir a luta pela regularização salarial. Em Natal (RN), os docentes da Universidade do Estado do Rio Grande

do Norte (Uern), em unidade com as entidades que compõe o Fórum dos Servidores do RN, intensificaram a cobrança pelo pagamento dos salários. Eles estão com os vencimentos de novembro e dezembro atrasados, além

## No Paraná

**R\$ 528 milhões**

Foi o montante bloqueado das Universidades estaduais

**R\$ 129 milhões**

Foi o montante bloqueado da Universidade de Maringá

**R\$ 127,9 milhões**

Foi o montante bloqueado da Universidade de Londrina

**R\$ 1,6 bilhão**

Esse foi o valor retido da Educação pelo governador Ratinho Júnior (PSD)

do 13º salário de 2017 e de 2018. A governadora Fátima Bezerra (PT) afirmou em reunião com o Fórum que irá parcelar o salário de janeiro, mas disse depender de recursos extras para pagar os salários atrasados. A Associação dos Docentes da Uern (Aduern SSind.) convocará uma assembleia, após o início das aulas, para debater a situação. Os servidores passaram por situação semelhante em 2017.

### **Em São Paulo, cerca de 12,7 mil funcionários estatutários da Universidade Estadual Paulista (Unesp) estão com o 13º salário atrasado.**

Em São Paulo, cerca de 12,7 mil funcionários estatutários da Universidade Estadual Paulista (Unesp) estão com o 13º salário atrasado. Apenas os funcionários contratados pelo regime da CLT, com carteira assinada, receberam o direito. Em nota, a instituição disse que solicitou ao governador do estado, João Dória (PSDB), um crédito suplementar para pagar o 13º, mas ainda não recebeu o dinheiro. A Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp SSind.) convocou uma assembleia para o dia 15 de janeiro para discutir e deliberar iniciativas de mobilização.

Na Bahia, o governo estadual tem atacado os direitos dos docentes e dos demais servidores públicos. Apesar da ocupação e dos protestos na Assembleia

Legislativa da Bahia, em dezembro, os parlamentares aprovaram o aumento da contribuição previdenciária de 12% para 14%. Ainda no ano passado, o governador Rui Costa (PT) revogou o artigo 22 do Estatuto do Magistério Superior. O item previa a carga horária mínima de 8 horas em sala de aula para os docentes que realizam projetos de pesquisa e extensão no regime de Dedicção Exclusiva (DE). Agora, os docentes terão que cumprir, no mínimo, 12 horas.

“Apesar de muita luta, intensificada no final do ano passado, com a ocupação da assembleia, os docentes iniciaram o ano com o aumento da carga horária em sala de aula e da contribuição previdenciária e, ainda, o congelamento de 25% nos salários nos últimos três anos”, conta Luiz Blume, 1º vice-presidente da Regional Nordeste III e um dos coordenadores do Setor das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (lees/Imes) do ANDES-SN. Segundo Blume, é necessário unificar e combater as ações do governo estadual a partir do Fórum das ADs, que já se prepara para construir uma greve no início deste semestre.

Para o coordenador do Setor das lees/Imes, diante dos ataques em diversos estados do país, é de extrema importância organizar a mobilização. “Organizar o setor é importantíssimo para o ANDES-SN, porque é uma forma de enfrentar as políticas neoliberais que já estão presentes nos estados. Por exemplo, a proposta de previdência por capitalização, já é uma realidade na Bahia, com

## OUTROS ESTADOS

A realidade do Rio Grande do Sul, Acre e Sergipe acompanha a dos demais estados do país. Pelo terceiro ano consecutivo o estado gaúcho irá parcelar o pagamento do 13º salário de 2018 ao longo deste ano, em 12 vezes. Os servidores públicos do Acre passam pela mesma situação de parcelamento do 13º salário. Já em Sergipe, além do 13º, os servidores públicos com salários acima de R\$ 3 mil tiveram o vencimento de dezembro passado parcelado em duas vezes.

o Prevbahia. Outros ataques, como o congelamento de salários, o aumento das contribuições previdenciárias e o cerceamento da liberdade de cátedra, são realidades”, disse.

Blume explica que o ano promete muita mobilização, ainda mais com os efeitos da Emenda Constitucional 95/16. “Não haverá aumento de investimentos na educação, apenas uma reposição da inflação. O cenário que já estava duro tende a piorar. Por isso, a saída é unificar as lutas do Setor das Estaduais e das Federais e participar ativamente da construção de uma frente única contra as pautas ultraliberais e o avanço da extrema-direita, em defesa das liberdades democráticas, da unidade, dos direitos, dos serviços e servidores públicos, e das instituições de ensino superior”, concluiu.



11.12.2018 - Servidores públicos baianos ocuparam a Assembleia Legislativa do estado contra o aumento da contribuição previdenciária

# Uma tragédia em 3 atos

*Os dez dias de governo Bolsonaro*



MARCELO CAMARGO / AGENCIA BRASIL

O primeiro ato legal do governo de Jair Bolsonaro trouxe profundas mudanças no aparato federal. A edição da Medida Provisória 870/2019 reestruturou o organograma do Poder Executivo, sinalizando o avanço do conservadorismo e do reacionarismo também dos ataques aos direitos sociais.

Outra expressão das intenções do governo está nos atores escolhidos para encenar aquilo que pode ser considerada uma tragédia. O quadro dos 22 ministros é composto por políticos conservadores e reacionários (PLS, DEM, Novo e MDB), militares (seis), evangélicos pentecostais e neopentecostais e economistas liberais. Destes, apenas duas mulheres e nenhum negro.

Para Antonio Gonçalves, presidente do ANDES-SN, a composição do governo e a MP

870 expressam o compromisso que o novo Executivo tem com o capital financeiro. Além disso, demonstra o profundo desprezo pela realidade social no Brasil. “Se configura como um governo voltado para uma elite econômica, branca, rica e que tem desprezo pelas populações originárias, povos quilombolas, indígenas e demais minorias”, avalia.

Enquanto algumas alterações deixam margem para justificativas, outras são bem explícitas sobre qual será o papel do Estado em relação às políticas sociais e trabalhistas. Exemplos disso são a extinção dos ministérios do Trabalho, do Desenvolvimento Social e da Cultura e a criação da pasta de Mulheres, Família e Direitos Humanos. Houve também a alteração de competência de alguns órgãos, com a transferência de demarcação de terras indígenas e quilombolas para o Ministério da

Agricultura e Pecuária.

## Desmontes

No primeiro ato dessa tragédia foram extintos vários ministérios. Além do Trabalho, do Desenvolvimento Social e da Cultura, deixaram de existir os ministérios da Fazenda, Planejamento, Cidades, Esporte e Indústria e Comércio Exterior.

Com o fim do ministério do Trabalho, criado em 1933, as atribuições da pasta foram distribuídas. O ministério da Cidadania, nas mãos do deputado Osmar Terra (MDB-RS), ficou responsável pela área de geração de empregos e renda e pela economia solidária. A pasta da Economia, comandada por Paulo Guedes, cuidará do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dos Auditores Fiscais do Trabalho. Já a liberação de cartas sindicais foi transferida para o ministério da Segurança e Justiça, a cargo de Sérgio Moro.

“A fragmentação das ações do Ministério do Trabalho sinaliza a falta de compromisso com a classe trabalhadora. Será um governo de patrões. A declaração de Bolsonaro de que é ‘muito difícil ser patrão no Brasil’ mostra de que lado ele está”, alerta Antonio Gonçalves.

Outros órgãos esvaziados foram o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que orienta o combate à fome



## VIGILÂNCIA

Um das alterações presentes na MP 870/2019 é a atribuição à Secretaria de Governo da Presidência da República da competência de “supervisionar, coordenar, monitorar e acompanhar as atividades e as ações dos organismos internacionais e das organizações não governamentais no território nacional.”



19.11.2018: Indígenas fazem ato em defesa de seus direitos em Brasília. Ao lado, arte da campanha elaborada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.



e o Bolsa Família, e Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transportes. Além de acabar com o Conit, Bolsonaro retirou do Senado Federal a prerrogativa de sabatar e aprovar os diretores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit).

A MP também transferiu a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça para a pasta comandada por Damares Alves. Criada pela Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002, a Comissão tem o objetivo de reparar as vítimas de atos de exceção, arbítrio e violações aos direitos humanos, cometidos por agentes do Estado entre 1946 e 1988.

## Indígenas e Quilombolas

Atacando direitos inalienáveis das populações originárias, em favor do agronegócio, Bolsonaro transferiu para o Ministério da Agricultura e Pecuária a identificação, a delimitação e demarcação de terras indígenas e quilombolas.

Até então, no caso dos indígenas, o processo ficava a cargo da Fundação Nacional do Índio (Funai). Já a responsabilidade pela regularização de terras quilombolas era do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Também foi para o Ministério da Agricultura, o Serviço Florestal Brasileiro, antes sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente. A nova ministra da pasta da Agricultura é a deputada Tereza Cristina (DEM-MS), que presidia a Frente Parlamentar da Agropecuária no Congresso. Além disso, a Funai passou do Ministério da Justiça para o Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos, comandado por Damares Alves.

O diretor do ANDES-SN ressalta que essas medidas representam um ataque à política do sindicato no que se refere aos debates do Grupo de Trabalho de Política Ambiental,

Agrária e Urbana. “As medidas do governo vão requerer de nós um empenho muito grande juntamente com as outras entidades políticas que lutam pela demarcação de terras quilombolas e pela ampliação das garantias de terras indígenas para barrarmos esses e os outros ataques”, avalia.

No entanto, Gonçalves aponta que toda análise do governo Bolsonaro passa por uma relação de forças políticas, que não são estáticas e imóveis. Embora reconheça que, para a classe trabalhadora e para os povos originários, o projeto de Bolsonaro seja muito perverso, o presidente do ANDES-SN vê espaço para reação por meio da mobilização social.

## Ataques à população LGBTTT

A exclusão da população LGBTTT das políticas públicas é mais uma expressão do avanço do conservadorismo no governo e nas suas políticas. Antes as pessoas LGBTTT eram citadas nas estruturas da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, mas a citação foi eliminada.

Na estrutura do novo ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos foram estabelecidas oito secretarias nacionais: Políticas para as Mulheres; Família; Direitos da Criança e do Adolescente; Juventude; Proteção Global; Promoção da Igualdade Racial; Direitos da Pessoa com Deficiência; e Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

“A sigla LGBTTT foi deixada dentro do conceito amplo de minorias. Essa foi a argumentação que o governo utilizou, porque no texto mantém o termo minoria. No entanto, a retirada da sigla tem um significado muito grande pelo conceito conservador e reacionário que o governo tem”, explica Gonçalves.

O presidente do ANDES-SN, que é docente da Faculdade de Medicina da Universidade

Federal do Maranhão, faz outro alerta. Segundo ele, expressão do conservadorismo também está presente na exoneração da médica Adele Benzaken. A sanitarista era responsável pelo Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das ISTs, do HIV e Hepatites Virais do Ministério da Saúde. Sua saída se deu uma semana após críticas do novo governo acerca de uma cartilha sobre saúde da população Trans, elaborada pelo departamento.

“O ministro [da Saúde] Mandetta a exonerou com o argumento de que não se



## VAI E VEM

Nos primeiros dez dias de governo, além dos ataques, também houve muito desencontro de informação. Além disso, vários recuos em ações e nomeações.

Entre as “trapalhadas”, está a do ministro chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, que exonerou todos os servidores comissionados de seu ministério. Ele disse que faria um “pente fino” ideológico.

No entanto, não havia mais trabalhadores para fazer as nomeações dos novos servidores escolhidos, nem publicar as demais exonerações que passam pela pasta.



02.01.2019: Paulo Guedes assume o recém-criado ministério da Economia, prometendo fazer a Reforma da Previdência, contando com o apoio de Rodrigo Maia (DEM/RJ)

podia fazer a prevenção agredindo a família. Retiraram as cartilhas de prevenção à saúde da população Trans. Fizeram o remanejamento em um programa que funciona muito bem no Brasil, há anos, que é o programa de IST/Aids. Isso mostra que ele veio mesmo para atacar a todos”, comenta o presidente do ANDES-SN.

Segundo ele, todas as pessoas que lutam estão com seus direitos em risco. “Essa questão da saúde da população LGBTT é muito grave, pois a sociedade já tem um preconceito latente contra essas pessoas. Foi uma luta histórica conseguir implementar as políticas de atenção integral à saúde do homem, e também colocar dentro do SUS a garantia de atendimento à população LGBTT. Agora, tudo corre risco. Certamente, o que esse governo puder fazer para criminalizar a orientação sexual, para criminalizar as questões de gênero, vai fazer. Tanto do ponto de vista dos costumes, e também do ponto de vista das políticas públicas, o que é muito perverso”, lamenta Antonio.

### (des)Educação

Estratégica para qualquer governo, a Educação já vinha sendo alvo de cobiça e ataques antes mesmo da eleição de Bolsonaro. Uma das medidas que expressa a política de exclusão do novo governo no campo educacional foi a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). O órgão foi substituído pela Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação.

Segundo o presidente do ANDES-SN, Bolsonaro e seus partidários já vinham com um discurso, na campanha eleitoral, de que

as minorias deveriam se submeter à vontade da maioria. “O entendimento de democracia deles é esse. Não respeitam as diferenças. Essa mudança na Secadi é muito grave do ponto de vista educacional, porque nós temos ainda um percentual alto de analfabetismo no Brasil. Além disso, tira algumas garantias de inclusão, o que demonstra que vêm mais ataques duros no que tange ao sistema educacional”, avalia.

Em seu discurso de posse, o ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez destacou algumas das metas que terá à frente da pasta. Afirmou que sua gestão irá combater a “agressiva promoção da ideologia de gênero que somou-se à tentativa de derrubar as nossas mais caras tradições pátrias”. E declarou que dará atenção especial aos fundos de investimento em educação e ao ensino privado.

O novo ministro disse ainda que combaterá o “marxismo cultural, hoje crescente em instituições de educação básica e superior”. “Trata-se de uma ideologia materialista, alheia aos nossos mais caros valores de patriotismo e de visão religiosa do mundo”, afirmou.

Em referência aos profissionais que estarão à frente das secretarias e autarquias do MEC, Vélez Rodríguez disse que se guiam pela “formação humanísticas de dois grandes educadores Antonio Paim e Olavo de Carvalho”. Os quais, segundo ele, são “a

## Salário Mínimo

Antes de editar a

**MP 870/19**,

o presidente Jair Bolsonaro reduziu o valor salário mínimo previsto para 2019.

**R\$ 1.006,00**

salário mínimo

aprovado pelo Congresso Nacional

**R\$ 998,00**

Valor sancionado pelo governo



02.01.2019 - Ricardo Vélez Rodríguez assume o MEC afirmando que combaterá o "marxismo cultural".

inspiração liberal e conservadora das nossas propostas educacionais”.

Antonio ressalta que a configuração do MEC é extremamente preocupante, pois o que Olavo de Carvalho tem defendido e que deve repercutir no ministério é o aligeiramento do processo de ensino e aprendizagem. “Farão o que chamamos de hierarquização taylorista. Ou seja, deixar para a grande massa da população brasileira uma educação instrumental e para uma pequena elite o acesso à universidade, à produção de conhecimento, de pesquisa e de extensão”, explica.

Segundo o docente, isso dialoga com o braço ultra neoliberal do governo, que também defende ensino à distância e lucra com isso, como é o caso do ministro da Economia. Paulo Guedes é responsável por fundos que investem em educação à distância.

“Já a caçada ‘aos marxistas’ e à ‘ideologização da educação’ presente nos discursos do governo, se relaciona à pauta de costumes. Dialoga com outro braço de apoio, mais conservador, ligado às igrejas pentecostais. Paulo Freire tem que ser combatido e, por consequência, toda a educação que se arvora como emancipatória, que faz inclusão social de segmentos de minorias e de oprimidos, deve ser combatida”, analisa.

### Como organizar a luta

Para o presidente do ANDES-SN, o governo tem um projeto de reconfiguração da sociedade, no que tange os costumes, com a ampliação dos ataques aos vários seguimentos sociais. Ao mesmo tempo, tem que atender à pauta econômica imposta pelo mercado.

“Teremos que dar contra de tudo isso. É desafio muito grande, porque temos que estar preparados para lutar pela garantia dos

direitos dos segmentos mais oprimidos, que é uma luta do ANDES-SN. Ao mesmo tempo, precisamos estar atentos a nossa pauta corporativa, de salário, carreira, condições de trabalho, defesa da universidade. Além disso, também à pauta econômica mais ampla, porque dela pode vir ou não a garantia de um orçamento que permita a sobrevivência das políticas que defendemos. Então, será um período duríssimo”, avalia.

Ao mesmo tempo em que analisa as dificuldades, Antonio Gonçalves aponta que há espaço para resistência. Segundo ele, o 38º Congresso do Sindicato Nacional será um momento de organização interna para enfrentar os desafios que estão colocados. “O grande esforço que temos que fazer durante o congresso é construir o maior número de consensos possíveis. Com uma boa análise de conjuntura e a construção de um plano de lutas, de uma centralidade de lutas, que contemple as diversas forças políticas, vamos dar muita solidez e força interna ao nosso sindicato. Isso vai facilitar o nosso movimento para além do ANDES-SN”, explica.

Para o docente, para além da unidade interna, diante de todos os ataques, é fundamental ampliar as alianças e os espaços de ação com outras categorias e segmentos da classe trabalhadora. Com isso em vista, a diretoria do Sindicato vem se empenhando na construção do Fórum em Defesa dos Direitos e das Liberdades Democráticas.

“Esse fórum está se configurando como um espaço de confiança política, onde vários setores que nunca sentaram juntos estão se expressando. E isso efetivamente pode nos permitir fazer um movimento para fora muito interessante, tanto de construção de uma pauta unitária, de unidade de ação para fazer o enfrentamento a esse governo”, conclui.



### ATAQUE À POPULAÇÃO LGBTT

A médica sanitária Adele Benzaken foi exonerada de seu cargo no Ministério da Saúde, após críticas do governo a uma cartilha sobre saúde da população Trans. O material foi elaborado pelo Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das ISTs, do HIV e Hepatites Virais, pelo qual Adele era responsável. Tido como uma epidemia, o vírus do HIV atinge hoje 40 mil pessoas no Brasil.

Em **2017**,  
foram registrados  
**4.420**  
novos casos de HIV  
**37.791**  
casos diagnosticados de Aids  
**11.463**  
mortes pela doença

Fonte: Boletim epidemiológico do Ministério da Saúde “HIV Aids 2018”

“O ministro [da Saúde] Mandetta a exonerou com o argumento de que não se podia fazer a prevenção agredindo a família. As cartilhas de prevenção à saúde da população Trans foram retiradas. Fizeram o remanejamento em um programa que funciona muito bem no Brasil, há anos, que é o programa de IST/Aids. Isso mostra que ele veio mesmo para atacar a todos”, comenta o presidente do ANDES-SN.

# Após 14 meses, Reforma Trabalhista não gera empregos e trava negociações coletivas

**E**m 11 de novembro de 2017, os trabalhadores brasileiros passaram a ser regidos por uma nova legislação trabalhista, muito mais flexível e menos protetora. Com a Lei 13467/17, da Reforma Trabalhista, entre outras medidas, acordos firmados entre patrões e empregados se sobrepõem a legislação e o trabalho intermitente foi oficializado.

Apesar de mais de um ano da Reforma Trabalhista, todos os seus efeitos ainda não foram amplamente sentidos pelas diferentes categorias profissionais. O que é compreensível dada a complexidade e a diversidade do mundo do trabalho no Brasil. “Ninguém recebe os efeitos de toda a legislação em um único momento”, comenta Clemente Ganz Lúcio, diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

“Temos uma nova legislação do direito do trabalho no Brasil em processo de implantação. Parte dos efeitos dessa Reforma é perceptível. Por exemplo, as centenas de trabalhadores demitidos pela Editora Abril sem a participação do sindicato, já sentiram alguns dos efeitos. Outros percebem isso no processo de contratação. Os servidores públicos perceberão indiretamente, quando houver terceirização em vez de concursos públicos. O sindicato percebe a fragilização de seu financiamento”, elenca.

O diretor-técnico do Dieese compara essa situação com a da criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), nos anos 1960. Na época, o FGTS subs-

tituiu a estabilidade no emprego. “Os trabalhadores perdiam a estabilidade, mas tinham dificuldade de perceber a extensão da mudança. Tanto que há gente hoje que acha que o FGTS é uma grande conquista. O processo de transformação foi tão amplo que é difícil de perceber”, explica. “Imagine um jovem que entra agora no mercado de trabalho, já sob as novas regras. Em dez anos uma parte da população vai achar que as novas regras são naturais”, completa. Clemente Ganz Lúcio explica que a Reforma Trabalhista é uma das medidas que está reconfigurando as relações laborais no Brasil, dando a elas um caráter ainda mais liberal. À Reforma Trabalhista se somam a Lei de Terceirizações e a extinção do Ministério do Trabalho, por exemplo. “Querem um mercado de trabalho mais flexível, menor padrão protetivo do Estado e uma relação direta entre trabalhador e contratante. Nessa lógica, faz sentido acabar com a Justiça do Trabalho”, afirma.

Ganz Lúcio explica que na concepção de Estado que está se materializando com essas medidas faz sentido facilitar a auto-regulação das relações de trabalho. Com ela, o empregado que não aceitar as condições impostas pelo empregador não terá trabalho. “No limite, é isso que esse governo defende. A Reforma Trabalhista foi um passo enorme nesse sentido, assim como fragilização dos sindicatos. Provavelmente virão novos instrumentos, como a carteira de trabalho verde-e-amarela”, diz o diretor-técnico do Dieese.

Logo após ser eleito, o presidente Jair

Bolsonaro reforçou uma fala dita durante a campanha, de que as leis atuais, mesmo com a Reforma Trabalhista, impediriam a geração de empregos: “todos os direitos e menos emprego”.

---

**“Temos uma nova legislação do direito do trabalho no Brasil em processo de implantação. Parte dos efeitos dessa Reforma é perceptível. Por exemplo, as centenas de trabalhadores demitidos pela Editora Abril sem a participação do sindicato, já sentiram alguns dos efeitos”, Clemente Ganz Lúcio, diretor-técnico do Dieese.**

---

Se todos os efeitos da nova legislação ainda não foram sentidos, há alguns que saltam aos olhos. Um deles foi a drástica diminuição das reclamações de trabalhadores na Justiça do Trabalho. Como a Reforma impôs um limite para indenizações e, em caso de perda em litígios trabalhistas, o trabalhador poderá ter que arcar com os honorários advocatícios do empregador, o número de ações caiu. Não que as normativas laborais estejam sendo cumpridas, mas sim porque os riscos para o trabalhador ficaram muito maiores. O governo Temer celebrou o fato

## Retrocessos

**25%**

Essa foi a redução das Convenções Coletivas celebradas entre janeiro e outubro de 2018, em relação a 2017

**2 milhões de vagas**

Essa foi a cifra prometida pelo governo Temer para defender as Reforma Trabalhista

**300 mil vagas**

Esse foi o resultado após a mudança na lei.

**SAIBA MAIS**

**Vagas já abertas**

**GRUPO SÁ CAVALCANTE**

- > SÃO 70 VAGAS para trabalho intermitente, ou seja, com remuneração por hora, nas lojas do Bob's, Spoletto, Balada Mix e Choe's Oriental Gourmet da Grande Vitória.
- > O SALÁRIO é de R\$ 4,45 por hora. A jornada é de 5 horas nos sábados e domingos, dias com mais movimento e que precisam de pessoal extra.
- > PARA SE CANDIDATAR, é preciso enviar currículo para safranquias@gmail.com com o assunto "ATD HORISTA" até sexta-feira.

**TRABALHO INTERMITENTE**

O anúncio ao lado buscava contratar trabalhadores para grandes redes de fastfood. Publicado assim que a Reforma Trabalhista foi aprovada, ele ganhou as redes sociais. A publicação foi um perverso exemplo do que estaria por vir. No trabalho intermitente, o trabalhador fica à disposição do empregador, sem receber pelas horas em que ficou “ocioso”.



15.10.2018 – Trabalhadores da Abril cobram o pagamento de seus direitos. Mais de 800 funcionários foram demitidos e não receberam as verbas rescisórias. Foi um dos primeiros casos de demissão em massa sem negociação com o sindicato da categoria

de que a quantidade de ações trabalhistas abertas de janeiro a agosto de 2018 ficou 36,5% abaixo do mesmo período de 2017, segundo o Tribunal Superior do Trabalho (TST).

### Negociações coletivas travadas

Outra característica é que os processos de negociação coletiva estão mais longos e difíceis após a Reforma. Um dos pontos centrais da nova legislação é que os acordos coletivos passam a vigorar por até dois anos. Dali em diante, as negociações começam do zero. Desse modo, os acordos coletivos passaram a ser o principal recurso dos trabalhadores para protegerem seus direitos. Segundo o Sistema Mediador, do extinto Ministério do Trabalho, o número de Convenções Coletivas fechadas entre janeiro e outubro de 2018 caiu em relação ao mesmo período do ano anterior em 25%.

Um estudo do Dieese sobre a negociação coletiva após a Reforma mostra uma mudança no comportamento patronal. “Antes da reforma trabalhista, as bancadas patronais traziam um ou outro ponto, ou ainda propunham retirar algum item do acordo anterior, mas nesse novo cenário foi apresentada uma pauta extensa, com muitos dos itens que foram aprovados na reforma trabalhista, e possivelmente como

uma estratégia de sedimentar esse novos temas na regulação do trabalho no Brasil”, afirma o estudo.

### Desemprego

Durante os debates sobre a Reforma, o então presidente Michel Temer afirmou que a medida geraria 2 milhões de empregos. Contudo, até novembro de 2018, apenas 300 mil novas vagas foram criadas, segundo o extinto Ministério do Trabalho. Uma das características de parte das vagas criadas é a precariedade. Um dos exemplos é que 7% dessas vagas são para o trabalho em regime intermitente. Nele, o trabalhador fica à disposição do contratante e só recebe salário quando efetivamente trabalha. Não há, por exemplo, pagamento de descanso semanal remunerado.

**“As ideias do novo governo de desregular ainda mais as relações trabalhistas apontam para uma maior precarização do trabalho. Também parecem querer inviabilizar que o trabalhador reclame por seus direitos. A nós, dos movimentos organizados, cabe uma reação unificada à altura dos ataques”, Eblin Farage, secretária-geral do ANDES-SN.**

Eblin Farage, secretária-geral do ANDES-SN, ressalta que no debate sobre a Reforma havia a justificativa de que seriam gerados mais empregos e que, portanto, seria benéfica para os trabalhadores. “Não houve nada disso. Há maior precarização do trabalho, contratos intermitentes e liberação da terceirização irrestrita”, denuncia.

A docente exemplifica que nas universidades públicas há muitos trabalhadores terceirizados que não recebem salário desde o final do ano passado. “Houve demissão de professores e servidores de universidades privadas para contratar substitutos de forma mais precarizada. A Reforma Trabalhista está servindo apenas para aumentar os lucros do capital por meio da intensificação da exploração dos trabalhadores”, comenta.

A secretária-geral do ANDES-SN reafirma a oposição às medidas do governo Jair Bolsonaro, que já extinguiu o Ministério do Trabalho. “As ideias do novo governo de desregular ainda mais as relações trabalhistas apontam para uma maior precarização do trabalho. Também parecem querer inviabilizar que o trabalhador reclame por seus direitos. Isso pode gerar uma ampliação até do trabalho análogo ao escravo. A nós, dos movimentos organizados, cabe uma reação unificada à altura dos ataques”, completa Eblin.

# Transferência de recursos públicos para universidades privadas prevalece na Colômbia

**M**ónica Risueño é docente do departamento de ciências agropecuárias da Universidade de Cauca, no sudoeste da Colômbia. Ela falou ao InformANDES sobre a situação da educação colombiana. Na Colômbia, as universidades públicas não são gratuitas – os estudantes pagam pela matrícula. O custo varia de acordo com a universidade e com a renda familiar.

Assim como no Brasil, as universidades privadas colombianas têm sido favorecidas com a sucessiva transferência de recursos públicos à iniciativa privada. Mas também há resistência, tanto do movimento docente quanto do movimento

estudantil. Os estudantes universitários colombianos estão em greve desde outubro e lutam por aumento no orçamento das universidades públicas.

**Como você avalia a situação da educação pública da Colômbia? Quais são os principais problemas das universidades?**

**MÓNICA RISUEÑO:** Os problemas da educação superior são pedagógicos, administrativos e financeiros. Na Colômbia, apenas 40% dos jovens mais pobres termina o ensino médio e só 10% deles consegue ingressar na educação superior. Do total de jovens que se forma no ensino médio todos os anos, 90% são estudantes mais pobres e poucos deles conseguem entrar em uma universidade pública.

A sociedade é especialmente injusta com esses estudantes porque os obriga a seguir vivendo na marginalidade. Entre as poucas opções para conseguir alguma mobilidade social que esses jovens têm, uma delas é se tornar estudante de alguma universidade pública. A Colômbia tem grande desigualdade social e pouca mobilidade social. A educação tem a possibilidade de contribuir na superação dessas situações que afligem

o país há bastante tempo.

As universidades públicas colombianas estão, já há alguns anos, na UTI por problemas financeiros. Segundo a Lei 30 de 1992 as universidades públicas recebiam do Estado 10, 8 milhões de pesos (cerca de R\$ 13 mil) por cada estudante. Hoje, 25 anos mais tarde, as transferências diminuíram para 4,8 milhões de pesos (cerca de R\$ 5,7 mil) por estudante.

A lei determinou que as transferências às universidades são ajustadas anualmente segundo um índice de inflação (IPC). O grave problema é que os custos das universidades aumentaram muito mais que a inflação. O número de estudantes quadruplicou, aumentou o número de mestradados e doutorados e se elevou o nível de formação e titulação dos professores. O déficit foi sendo agravado ano a ano. As universidades contam com condições mínimas para investir em melhoras de infraestrutura, de pesquisa e nas relações com as comunidades.

Por essas razões, e por outras, os estudantes e os docentes decidiram sair às ruas em 10 de outubro em manifestação. Também foi decretada uma greve para exigir melhores condições para a educação pública.

Ao mesmo tempo, as universidades estão em processo de revisar, entre outros assuntos, seus modelos pedagógicos, sua responsabilidade no processo de formação



10.10.2018: manifestação leva meio milhão de pessoas às ruas de Bogotá

de melhores cidadãos, a contextualização dos currículos e o sistema de avaliação. Não é apenas uma questão de melhorar os orçamentos. É necessário reorganizar-se dos pontos de vista institucional, administrativo e pedagógicos.

### **Quais são as principais lutas do movimento docente hoje na Colômbia?**

**Mónica Risueño:** Uma das principais lutas, e digo isso sendo uma docente “ocasional”, é que as universidades públicas tiveram que ampliar o número de docentes catedráticos e temporários. Aproximadamente 43% dos docentes têm vínculo de catedráticos e 21% vínculos ocasionais. Dez anos atrás os números eram de 36% e 20%, respectivamente. Isso ameaça seriamente a qualidade da educação superior pública no médio prazo. Os docentes catedráticos e ocasionais não participam dos espaços de reunião e de planejamento e, por conta disso, a reflexão pedagógica tende a desaparecer.

Nós, docentes ocasionais, contamos com condições trabalhistas frágeis, refletidas na contratação para trabalhar apenas alguns meses por ano. Temos restrições para realizar pesquisas e também diferença de tratamento em relação aos docentes efetivos. Outra limitação é que há baixa possibilidade de apoio financeiro, através de bolsas ou de crédito, para que possamos continuar nossos estudos de pós-graduação, que nos permitiriam qualificação para eventualmente passar em um concurso público e passarmos a ser docentes efetivos.

### **Qual é a situação da educação superior privada na Colômbia? As instituições privadas têm importância? Recebem dinheiro público?**

**MÓNICA RISUEÑO:** Existe um imaginário de que as universidades públicas têm baixa qualidade e custam muito para o Estado. Isso é, em grande medida, apoiado pelos meios de comunicação que debilitam, estigmatizam e desprestigiam a universidade pública.

Esse imaginário contribuiu para favorecer as universidades privadas e para que o Estado colombiano injete enormes recursos econômicos nessas instituições privadas. Essa transferência de recursos se dá por meio de diferentes programas. Alguns desses programas estão destina-

dos a favorecer a inclusão de jovens mais pobres e com melhor desempenho acadêmico no final do ensino médio. Uma grande maioria desses estudantes optou por estudar em universidades privadas, às quais o Estado transfere dinheiro. Ainda que esses programas garantam o acesso de estudantes mais pobres ao ensino superior, não se entende porque vão às universidades privadas se há universidades públicas na região com os mesmos cursos.

Além do mais, é pouco lógico que as universidades privadas recebam do Estado os mesmos valores que cobram de famílias ricas. O desejável é que esse pagamento com dinheiro público fosse inferior, porque a universidade privada deveria assumir uma contrapartida para garantir a continuidade de um programa que claramente a favorece. Com o novo governo foram realizados ajustes nesses programas, mas, no entanto, foram mantidas as transferências de grandes

recursos públicos a universidades privadas, em detrimento de aumentar o orçamento das universidades públicas.

### **Na Colômbia, existem casos de perseguição política a professores/as?**

**MÓNICA RISUEÑO:** Segundo informações oficiais de vários anos anteriores, uma série de docentes colombianos foram ameaçados e foram vítimas de grupos à margem da lei. Especialmente os docentes que trabalham com a defesa dos direitos humanos, com a resolução de conflitos agrários, com o apoio ao processo de paz, com o acompanhamento de vítimas do conflito armado e com a luta contra a mineração em zonas de proteção ambiental. Acredito que as ações de censura e de redução de espaços para livre opinião e mobilização estão crescendo.



### **ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DA COLÔMBIA ESTÃO EM GREVE DESDE OUTUBRO**

#### *Luta estudantil é por orçamento para universidades públicas*

Os estudantes universitários colombianos estão em greve desde o dia 11 de outubro de 2018. Eles lutam pelo aumento do orçamento das universidades públicas. Eles exigem um aumento imediato de 3,2 bilhões de pesos no orçamento para o funcionamento das instituições, o equivalente a R\$ 4,1 milhões. Também reivindicam outros 15,2 bilhões de pesos (R\$ 16,9 milhões) para quitar as dívidas

já existentes das universidades. Leia entrevista completa no site acessando o QR Code abaixo com a câmera do seu telefone celular.



# Relatório da Câmara traz propostas que incentivam **privatização nas IES**



03.09.2018 - Instalação do Grupo de Trabalho destinado a avaliar desafios e a propor agenda para as instituições de ensino superior (IES) públicas

No final de 2018, a Câmara dos Deputados divulgou o relatório do Grupo de Trabalho sobre Instituições de Ensino Superior (IES). Sistematizando os trabalhos do GT, o documento avalia desafios e propõe agendas para as IES públicas. O texto apresenta uma análise de aspectos específicos vinculados à educação superior pública.

O documento propõe maiores investimentos e melhores condições de trabalho, apontando que sem a ampliação de recursos, a situação de precariedade nas IES deve se manter e se aprofundar em 2019. No entanto, o texto também apresenta propostas que abrem espaço para ampliar a privatização e as parcerias público-privadas.

**Embora pareça positiva, essa mudança pode intensificar a arrecadação de recursos próprios como cobranças de mensalidades, parcerias público-privadas e outras formas de mercantilização.**

As sugestões estão em forma de minuta de indicação ao Poder Executivo e de Proposta de Emenda à Constituição (PEC), no caso da alteração da Emenda Constitucional 95/16. O documento foi entregue ao então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ).

"O GT constata as consequências perversas da EC 95/16 no financiamento das IES, fato que temos denunciado e que pauta a nossa luta em defesa da revogação da mesma", afirma Antonio Gonçalves, presidente do ANDES-SN.

## Propostas do GT

Entre as sugestões submetidas estão: a garantia de recursos orçamentários para conclusão de obras inacabadas vinculadas ao Reuni; a revisão da matriz do Orçamento de Custeio e Capital das instituições; e o aprimoramento das regras do Sistema de Seleção Unificado (Sisu) para reduzir a retenção e a evasão estudantil.

O texto propõe alterar a EC 95 para excluir do teto imposto pela emenda os recursos de receitas próprias, como convênios e doações às Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Segundo a justificativa "essa medida permitirá às Ifes usufruírem dos recursos obtidos autonomamente, em função dos serviços prestados à sociedade".

Para o ANDES-SN, embora pareça positiva, essa mudança pode intensificar a arrecadação de recursos próprios como cobranças de mensalidades, parcerias público-privadas e outras formas de mercantilização.

Outra indicação é a transformação em lei do Programa Nacional de Assistência Estudantil. O GT sugere que a lei sobre assistência estudantil não inclua beneficiários de políticas de ação afirmativa, "pois exigiria mais recursos e seria mais adequado criar programa separado para tanto".

## Universidade-Empresa

O relatório aponta ainda a necessidade de promover a inovação tecnológica e ampliar e facilitar o registro de patentes. Para tanto, propõe a criação de Programa

de fomento à inovação tecnológica e à interação universidade-empresa.

Uma das formas de execução da parceria seria através de editais de demanda livre, nos quais "empresas associadas a Grupos de Pesquisa das Ifes proporem projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica; e incremento em bolsas de pós-graduação vinculadas a essas atividades."

"O ANDES-SN não tem acordo com os encaminhamentos apontados pelo GT, que retiram a responsabilidade estatal no financiamento da Educação Pública", conclui o presidente do Sindicato Nacional.

## O GRUPO DE TRABALHO

A comissão foi constituída pela Câmara Federal à revelia das entidades sindicais que representam docentes e técnico-administrativos das Instituições de Ensino Superior públicas.

As entidades sindicais foram chamadas para participar de uma reunião em setembro. Nela, o ANDES-SN pautou a necessidade de revogação da Emenda Constitucional 95 e denunciou as más condições de trabalho. Além disso, criticou o Marco Legal de Ciência e Tecnologia, que transforma o professor em captador de recursos. O Sindicato Nacional foi representado por Qelli Rocha, 1ª vice-presidente do ANDES-SN, e Cláudio Mendonça, 2º tesoureiro.